



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de educação.

O DEBATE EM TORNO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A PERMANÊNCIA DAS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UECE

VIVIANE DE ARAÚJO MENEZES¹
LAURA MARIA CUNHA²

Resumo: A assistência estudantil visa ampliar a permanência estudantil no ensino superior, assegurando medidas que garantam o transporte, a alimentação, a moradia, o suporte acadêmico, etc. Nesse artigo, objetivamos analisar a assistência estudantil na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e sua importância para assegurar a permanência das estudantes de Serviço Social da UECE. Os dados analisados são resultado da monografia de Graduação em Serviço Social e produto dos dados coletados nos 31 questionários aplicados com as estudantes de Serviço Social, matriculadas na disciplina de Questão Urbana e Rural do curso. Ademais, também foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Ensino Superior; Assistência Estudantil; Estudantes de Serviço Social.

Abstract: Student assistance aims to extend student stay in higher education, ensuring measures to ensure transportation, food, housing, academic support, etc. In this article, we aim to analyze student assistance at the State University of Ceará (UECE) and its importance to ensure the permanence of students of Social Service of the UECE. The data analyzed are the result of the monograph of Graduation in Social Service and product of the data collected in the 31 questionnaires applied with the students of Social Service of the UECE, enrolled in the discipline of Urban and Rural Question of the course. In addition, bibliographical and documentary research was also carried out.

Keywords: Higher education; Student Assistance; Social Work Students.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a assistência estudantil na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e sua importância para assegurar a permanência das estudantes de Serviço Social da UECE. O debate apresentado no artigo é resultado da monografia intitulada “Mobilidade, Acessibilidade e Direito à Cidade: as alunas do curso de Serviço Social da UECE”, defendida em 2017, especificamente, um dos tópicos do capítulo

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: <vivianearaujo2794@yahoo.com.br>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará.

quatro que aborda o perfil acadêmico das estudantes e os desafios pessoais e institucionais enfrentados no processo de permanência no curso.

A pesquisa teve como lócus empírico a UECE e como público alvo as estudantes do curso de Serviço Social matriculadas na disciplina de Questão Urbana e Rural (VII semestre), das turmas da manhã e da noite, do período letivo de 2016.1. Para a coleta de dados, utilizamos a aplicação de questionários. Na pesquisa de campo, realizamos o pré-teste (com seis estudantes) e aplicamos o questionário oficial (com 31 graduandas). Esse questionário contemplou o turno da manhã, com 21 graduandas; e o turno da noite, com 10 estudantes.

Antes de adentrarmos no debate da assistência estudantil, é válido refletirmos sobre a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil durante a primeira década do século XXI. Nesse período, vivenciamos a criação de novas unidades das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, os investimentos do Governo em programas de inclusão de alunos em cursos superiores de universidades e faculdades privadas e a multiplicação de cursos na modalidade de ensino à distância (ARRUDA, *et al*, 2016).

Todavia, é necessário problematizarmos que essa expansão da educação superior está inserida no contexto de um Estado capitalista e neoliberal, o qual tem sofrido intervenções de organismos internacionais que passaram a ditar os rumos e as configurações do ensino superior para os países.

De acordo com Parreira do Amaral (2010 *apud* ANDRADE, *et al*, 2016), os sistemas educacionais de todo o mundo têm sofrido a influência de organizações internacionais, entre as quais podemos destacar o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) e a União Europeia. Essa influência tem como fundamento a tomada da educação como um lucrativo negócio frente à crise estrutural do capital, que se inicia nos anos de 1970, e suas estratégias de reorganização econômica, política e ideológica.

Dessa forma, Andrade (*et al*, 2016) corrobora que a expansão da educação superior no Brasil, nas últimas décadas, não tem ocorrido através da ampliação de investimentos estatais em instituições públicas, mas pela via do

mercado, por meio do aumento no número de vagas em instituições privadas, o que configura um mercado educacional que é fetichizado por um discurso de democratização do ensino superior.

Dentro desse contexto, destacamos que a discussão sobre o ensino superior está para além das políticas de ingresso nas Instituições. Esse debate também incorpora as problemáticas relacionadas à permanência do corpo discente, principalmente os de menor poder aquisitivo que frequentam os cursos presenciais.

Segundo Cislighi e Silva (2012 *apud* ANDRADE, *et al*, 2016), a luta pela ampliação da educação pública está associada à garantia de medidas que efetivem a permanência dos(das) estudantes e isso vai desde o transporte, a alimentação, a moradia, até o suporte acadêmico, as bibliotecas e os laboratórios. A assistência estudantil³ deve ser vista como direito, com a participação democrática de estudantes na gestão dos equipamentos coletivos, garantindo a autonomia universitária na utilização dos recursos.

Todavia, o que se tem observado é que as ações que envolvem a política de assistência estudantil têm seguido uma lógica produtivista, seletiva e focalista, por meio da priorização de indicadores quantitativos e critérios mercadológicos, ademais, não teve o mesmo ritmo de expansão se comparada às políticas de ingresso no ensino superior público. Essa configuração e as problemáticas referentes à efetivação de uma política de assistência estudantil são inerentes aos rumos assumidos pelo ensino superior no Brasil que mercantiliza a educação e relega as Instituições Públicas a segundo plano.

Dentro dessa perspectiva, centramos nossa análise na política de assistência estudantil da UECE, colocando em cena a realidade vivenciada pelas estudantes de Serviço Social. Assim, o artigo se divide em duas sessões. Na primeira, debatemos os avanços da assistência estudantil na UECE, principalmente a partir da greve de 2013, e a importância dessas ações no que diz respeito à garantia da permanência e da qualidade de vida dos(das)

³A Assistência Estudantil surge oficialmente no Brasil a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com o objetivo de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Suas ações envolvem as áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

estudantes. Também discutimos os retrocessos vivenciados pela UECE, a partir de 2015, com os cortes de orçamento destinados à Universidade pelo Governo do Estado, que impacta o processo de permanência dos(das) estudantes nos cursos. Na segunda sessão, debatemos como os elementos institucionais e socioeconômicos interferem na permanência das estudantes de Serviço Social no curso.

2. A UECE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Nesta sessão, debatemos os avanços da assistência estudantil na UECE, principalmente a partir da greve de 2013, e a importância dessas ações no que diz respeito à garantia da permanência e da qualidade de vida dos(das) estudantes.

A partir do ano de 2012, a UECE apresentou avanços significativos⁴, principalmente no tocante as ações de assistência estudantil, assim como ao crescimento qualitativo e quantitativo do ensino, pesquisa e extensão. Salientamos que toda essa expansão contribuiu para que a Universidade fosse avaliada como a melhor Universidade estadual do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, no ano de 2017⁵. Tendo em vista a extensa dimensão das ações assistenciais da Universidade, daremos ênfase apenas a análise do crescimento dos restaurantes universitários, das bolsas de assistência estudantil e do apoio à participação em eventos acadêmicos.

⁴A Universidade conseguiu por meio de prospecção de recursos estaduais e federais, investir R\$ 59,7 milhões nos seus campi da Capital e do Interior entre 2012 e 2018. As obras que foram concluídas, as que estão em andamento e as que já estão sendo licitadas e prestes a ser iniciadas, podem ser visualizadas na seguinte notícia: <http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/95422-2018-06-18-14-10-18>. Acesso em: 26 de jun. 2016.

⁵Essa colocação foi apontada pelo Ranking Universitário da Folha de São Paulo (RUF 2017). No ranking geral, a UECE, em 2017, ficou em 2º lugar no Ceará e no 48º nacional, mantendo a mesma colocação de 2016. Na avaliação foram analisados cinco indicadores: pesquisa científica, qualidade no ensino, internacionalização, mercado de trabalho e inovação. Esses dados podem ser verificados no seguinte link: < <http://www.ceara.gov.br/2017/09/20/ranking-aponta-uece-como-melhor-universidade-estadual-do-norte-nordeste-e-centro-oeste-do-brasil>>. Acesso em: 11 de jun. 2018.

Na UECE, as ações assistenciais, que estão sob a égide da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PRAE), seguem os princípios do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST), o qual se estrutura a partir de quatro eixos principais: 1) Célula de Assistência ao Estudante; 2) Célula de Ações Afirmativas; 3) Célula de Ações Culturais e Esporte; e 4) Célula de Atenção Integral à Saúde do Estudante. As ações do PNAEST visam a melhoria da qualidade de vida dos(das) estudantes na Universidade, o combate às formas de desigualdades e hierarquização social, a inversão de auto-representações negativas de si e o fortalecimento de vínculos sociais com base no sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica (RELATÓRIO DE GESTÃO PRAE, 2014).

A política de assistência estudantil da UECE conta com o funcionamento do Restaurante Universitário (RU), que colabora para a permanência dos(das) estudantes na Universidade, principalmente os oriundos de família de baixa renda, que segundo o Censo Discente 2013, representam 60,4% dos(das) estudantes da UECE, cuja renda econômica situa-se na faixa de menos de 1 a 3 salários mínimos.

Além disso, o RU contribui para: a diminuição dos índices de evasão; a garantia de uma alimentação balanceada e de qualidade; o fortalecimento da comunidade universitária ao funcionar como apoio a intercâmbios acadêmicos de estudantes em âmbito estadual e nacional; também é local agregador de sociabilidades; é espaço de estágio e de formação curricular de estudantes de áreas de conhecimentos afins (Nutrição, Educação Física, Economia, Administração, etc.); e contribui para a qualidade da formação acadêmica e profissional (RELATÓRIO DE GESTÃO PRAE, 2014).

Em Fortaleza, a UECE conta com Restaurante Universitário no Campus do Itaperi e um refeitório descentralizado no campus de Fátima. O RU do Campus do Itaperi, após a transferência, no ano de 2012, para novas dependências, funciona como referência no Estado para outros Restaurantes Universitários. O RU destaca-se, sobretudo, no que diz respeito ao cardápio e à composição dos preços: R\$ 0,80 para estudantes de graduação; R\$ 1,30

para estudantes de pós-graduação; R\$ 1,50 para funcionários; e R\$ 2,50 para docentes.

Em relação as bolsas de assistência estudantil, destacamos o Programa de Bolsas de Estudos e Permanência Universitária (PBEPU), que impacta nas condições dos(das) estudantes em situação de hipossuficiência na UECE. Com o PBEPU, tem-se por objetivo propiciar aos(as) estudantes de graduação presencial, com situação econômica comprovada, as condições financeiras para a sua permanência e seu desempenho científico e acadêmico satisfatório.

Além do custeio de despesas com material de estudos na Universidade (fotocópia, livros, deslocamento para eventos e atividades acadêmicas), as bolsas do PBEPU também proporcionam o custeio com a alimentação, a mobilidade (custos com transporte) e o sustento doméstico (água, luz, aluguel, internet, etc.).

Em 2013, o PBEPU contemplou 260 bolsas, com valor de R\$ 200,00, distribuídas pelas Unidades Capital e Interior, com a inserção da maioria dos(das) estudantes em atividades administrativas advindas do número insuficiente de servidores públicos e/ou terceirização na universidade (RELATÓRIO DE GESTÃO PRAE, 2014).

No ano de 2014, como resultado da conquista dos estudantes e professores, na greve de 2013, o governo estadual liberou recursos na ordem de R\$ 10 milhões, os quais foram destinados à política de assistência estudantil na UECE. Com isso, o número de bolsas de estudos e permanência universitária elevou-se para 900 bolsas, distribuídas em todos os campi da Universidade. A grande maioria concentrou-se na capital (Campi do Itaperi e de Fátima – 600 bolsas). Além da ampliação do número de bolsas, também ocorreu o aumento do valor, que foi de R\$ 250 para R\$ 450 (Idem).

Com os novos recursos de 2014, os(as) bolsistas do PBEPU passaram a atuar dentro e fora da Universidade, por meio do desenvolvimento de atividades em projetos de natureza acadêmica, técnica, científica, de extensão universitária, de estudos, de ensino, no setor administrativo da UECE, ou de iniciativa comunitária desenvolvida pela sociedade, que contribuam para

o desenvolvimento intelectual, profissional, social e político dos(das) estudantes (Ibidem).

Outro setor que também se ampliou foi o referente aos auxílios financeiros para a participação em eventos acadêmicos, científicos e culturais. Esse crescimento se deu principalmente devido à liberação de recursos na ordem de R\$ 10 milhões. Assim, foi elaborado o Programa Institucional de Auxílio Financeiro para a Participação de Estudantes de Graduação em Eventos Acadêmicos de Cunho Científico Artístico-Cultural, Esportivo e Político-Estudantil. Esse Programa foi regulamentado mediante aprovação, pelo Conselho Universitário (CONSU), da Resolução 530/2014 (RELATÓRIO GESTÃO UECE, 2015).

É válido salientarmos que todo esse processo de expansão e crescimento das ações assistenciais na UECE é fruto de um histórico e intenso processo de luta e de resistência por parte de professores, estudantes e servidores. Os avanços obtidos são produto do movimento grevista de 2013, período em que o então Governador do Ceará, Cid Gomes, destinou R\$ 30 milhões para a Assistência Estudantil das três Universidades estaduais: UECE, Universidade Regional do Cariri (Urca) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), cada uma recebeu R\$ 10 milhões.

Na época, a UECE afirmou que, dos R\$ 10 milhões, destinaria R\$ 7,39 milhões para a política de assistência estudantil, visando aumentar o valor das bolsas e sua quantidade; utilizaria R\$ 1,5 milhão para a construção e o aparelhamento do Restaurante Universitário da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), em Quixadá; e iria adquirir três ônibus tipo rodoviário para a UECE, utilizando o recurso de R\$ 1,11 milhão⁶.

De 2012 a 2014, a Universidade teve um crescimento de trinta e sete por cento (37%) nos custos de manutenção e finalístico, isso devido ao funcionamento do Restaurante Universitário (RU), ao aumento da quantidade e valor das bolsas e à conclusão de três novos equipamentos: a Fazenda de Experimentação Agropecuária de Guaiuba, o Complexo Poliesportivo do Itaperi

⁶Tais informações estão contidas na notícia divulgada pelo Portal da UECE. Disponível em: <<http://www.uece.br/feclesc/index.php/noticias/14-lista-de-noticias/618-governador-cid-gomes-libera-r-30-milhoes-para-assistencia-estudantil-na-uece-urca-e-uva>>. Acesso em: 21 de abr. 2018

e o Hospital Veterinário do Itaperi. O gasto efetivo do custeio total, ao final de 2014, foi de R\$ 33 milhões: R\$ 5 milhões para o RU e R\$ 28 milhões para custeio geral – finalístico e de manutenção, atendendo aos demais equipamentos de todos os campi.

Desse modo, verificarmos que, de 2012 a 2014, a UECE passou por um período significativo de crescimento e expansão, o que beneficiou as ações de assistência estudantil, melhorou a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e, conseqüentemente, elevou os custos de manutenção.

Contudo, a partir de 2015, o Governo Estadual determinou um corte de vinte e cinco por cento (25%) sobre o custeio total efetivado em 2014. Após negociações, a UECE conseguiu a redução do corte de vinte e cinco por cento (25%) para vinte por cento (20%) e que o corte incidisse apenas sobre o custeio geral. Em números: o Restaurante Universitário seria mantido com R\$ 5 milhões e o custeio geral baixaria de R\$ 28 para R\$ 22,4 milhões⁷.

A partir de então, a UECE passou a adotar uma série de medidas de contenção de gastos, como o controle de consumo de água, de energia elétrica, de combustível, de material de expediente, de material de limpeza, de passagens, de diárias, de produtos alimentícios, de medicamentos e de ração animal. Além disso, a Universidade adotou também critérios de prioridade para concessão de diárias, passagens e uso do transporte oficial, entre outros.

Com essa contenção de verbas, as bolsas de estudos foram as principais afetadas, principalmente a partir de 2017. Nesse período, a Universidade passou por um corte no valor das bolsas, principalmente as que são pagas pelo Tesouro Nacional, que passaram de R\$ 450,00 para R\$300,00. O corte no valor também acarretou em uma redução da carga horária: os contratos de 12 horas foram para 8 horas, e os contratos de 20 horas foram para 12 horas. Entretanto, as bolsas custeadas pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), cuja grande maioria são representadas pelas

⁷Tais informações estão contidas na notícia divulgada pelo Portal da UECE. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/comunicados-da-reitoria/92992-esclarecimento-sobre-o-custeio-do-sistema-funeceuece-em-dezembro-de-2015>> Acesso em: 21 de abr. 2018.

bolsas de permanência universitária tiveram sua quantidade e seus valores preservados – R\$ 450,00⁸.

Tais medidas passaram a ser sentidas duramente pelos(as) estudantes e a influenciar até mesmo nos seus processos de permanência na UECE, uma vez que muitos(as) dependem somente das bolsas disponibilizadas pela Universidade que chegam a atrasar meses, dificultando a permanência do(da) estudante, que não tem como arcar com custos de passagem e alimentação.

Destacamos alguns registros realizados na pesquisa de campo, durante a Assembleia Geral Estudantil, realizada em maio de 2017, que contou com cerca de vinte e cinco estudantes dos vários cursos da UECE. Nessa Assembleia, a assistência estudantil foi alvo de queixas e estratégias de intervenção. Os(as) estudantes mostraram-se revoltados com o corte no valor das bolsas, afirmando que se R\$450,00 não dava para custear locomoção e permanência, R\$300,00 agravaria a situação - “450 reais não dá pra todo mundo viver, pagar transporte, alimentação [...] um pequeno lazer” (Depoimento registrado no diário de campo, em maio de 2017) (MENEZES, 2017).

Os(as) estudantes destacaram a não importância dada à assistência estudantil por parte do Governo e da Universidade: “O dinheiro do governo não é para a assistência estudantil” (Depoimento registrado no diário de campo, em mai. de 2017), “A administração superior distribui o dinheiro [...] a corda sempre arrebenta pro nosso lado” (Depoimento registrado no diário de campo, em maio de 2017) (MENEZES, 2017).

O Restaurante Universitário também foi alvo de queixas dos(as) estudantes: “todo mês tira uma coisa no RU” (Depoimento registrado no diário de campo, em mai. de 2017); “RU cada vez fecha mais cedo, por conta da falta de comida” (Depoimento registrado no diário de campo, em maio de 2017) (MENEZES, 2017).

Após os cortes de gastos, a alimentação no RU resume-se ao básico, não contando com salada, frutas e/ou suco. Além disso, o horário de

⁸Tais informações estão contidas na notícia divulgada pelo Portal da UECE. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94306-2017-04-26-20-21-36>>. Acesso em: 21 de abr. 2018.

funcionamento do restaurante pela manhã (10h30min às 13h00min) é alvo de queixas dos(as) estudantes, uma vez que muitos(as) que realizam estágio não conseguem chegar a tempo na Universidade. Ademais, quando o restaurante entra em processo de dedetização (que ocorrem principalmente durante o dia), resta aos(as) estudantes, que não possuem condições financeiras, ficar sem almoçar, apenas lanchar, ou se submeter a pagar por um almoço mais caro (MENEZES, 2017).

Além das bolsas e do RU, o sistema de transporte também foi mencionado pelos(as) estudantes na Assembleia: “as viagens não cobrem o final de semana, não tem seguro. Cada vez mais empecilhos” (Depoimento registrado no diário de campo, em maio de 2017); “a falta de transporte dificulta a produção acadêmica” (Depoimento registrado no diário de campo, em maio de 2017). A estrutura da Universidade também foi mencionada: “assistir aula no calor é humilhante” (Depoimento registrado no diário de campo, em maio de 2017) (MENEZES, 2017).

Ao considerarmos que a grande maioria dos(das) estudantes são de baixa renda e não tem como arcar com custos de transporte, principalmente para a participação em eventos nacionais, constatamos que essa deficiência no sistema de transporte prejudica a produção e a difusão do conhecimento, e também dificulta a obtenção de créditos complementares.

Com as problemáticas apontadas na Assembleia Estudantil, corroboramos com as afirmações de Cislighi e Silva (2012) e Andrade (2016), segundo os quais a assistência estudantil está para além da garantia do ingresso. O contingenciamento de gastos com bolsas, a ausência de uma alimentação adequada com horários que contemplem as necessidades dos(as) estudantes, a inexistência de um sistema de transporte eficaz que assegure a participação em eventos acadêmicos e uma inadequada infraestrutura física influenciam diretamente nas condições de permanência e de até de evasão desses(as) graduandos(as).

Considerando as condições econômicas em que vivem a maioria dos estudantes, somente garantir o acesso ao ensino superior gratuito não é suficiente. A expansão das matrículas e a expansão social de jovens tradicionalmente desassistidos em razão de fatores socioeconômico, étnico-

raciais, entre outros, deve estar acompanhada de condições adequadas de permanência sustentável. Nesse âmbito a assistência estudantil ganha destaque nas discussões, se torna válido problematizar se o ensino superior tem garantido aos(as) estudantes a realização e conclusão de uma educação superior com qualidade e êxito (ANDRADE, 2016).

Nesse tópico analisamos que os retrocessos vividos pelas UECE, principalmente a partir de 2015, após um considerável período de crescimento e expansão, estão inseridos em uma conjuntura maior de precarização das Instituições Públicas do ensino superior brasileiro no contexto do neoliberalismo, que mercantiliza a educação e relega as universidades públicas a segundo plano. Todavia, mesmo dentro desse contexto, a UECE ainda se mantém com níveis consideráveis de excelência na pesquisa, no ensino e na extensão, que são frutos de luta e de resistência por parte de estudantes, professores e servidores.

2.1 A permanência das estudantes do curso de serviço social da UECE

De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, verificamos que as estudantes são majoritariamente mulheres (100%), de 21 a 23 anos (77%), solteiras (84%), que residem com a família (90%), cuja renda predominante é de 3 a 2 salários mínimos (42%) e de 1 a 2 salários mínimos (29%). A grande maioria das estudantes residem em Fortaleza (90%), principalmente em bairros periféricos, e na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF (10%). Como verificamos, as estudantes de Serviço Social são da classe trabalhadora, pertencentes à camada da população de baixa renda e residem nas margens urbanas precariamente atendidas por serviços públicos e infraestrutura (MENEZES, 2017).

Uma das primeiras dificuldades que as estudantes enfrentam, para garantir o acesso e a permanência no curso, é ter acesso à UECE e aos demais eventos acadêmicos. Isso ocorre porque o principal meio de locomoção das estudantes é o transporte coletivo (74%) e os custos desses

deslocamentos são onerosos, principalmente para as estudantes que dependem somente das bolsas da Universidade e para aquelas que só contam com a ajuda da família, que não possui renda suficiente para arcar com os custos já citados (Idem).

O gasto dessas estudantes com transporte coletivo varia de R\$ 40,00 a R\$ 80,00 para as que residem em Fortaleza, e de R\$ 120 a R\$ 144,00 para as que residem na RMF (Ibidem). Além disso, as estudantes que residem na periferia de Fortaleza e na RMF percorrem longas distâncias para ter acesso à UECE. Por meio dos dados coletados, afirmamos que nos deslocamentos de casa para a UECE, considerando os percursos de ida e de volta, as estudantes que moram em Fortaleza levam em média de uma a três horas diárias para ter acesso à Universidade; já as estudantes que residem na RMF levam em média quatro horas para ter acesso à UECE.

Tais condições relevam que os custos com transporte e as horas enfrentadas diariamente no transporte coletivo precário podem duplicar ou até triplicar ao considerarmos a realidade das estudantes que estagiam e/ou trabalham.

Por suposto, além dos gastos com transporte para ter acesso à UECE, ao estágio, e aos demais eventos e atividades acadêmicas, há também os custos dentro da Universidade (alimentação, a compra de livros e/ou de fotocópias). De acordo com os dados coletados, os gastos com permanência das estudantes variam de R\$ 40,00 a R\$ 500 (MENEZES, 2017). São valores bastante relevantes ao considerarmos as estudantes que dependem das bolsas de pesquisa, de extensão, de monitoria e de permanência para se manterem. Em relação às graduandas que só contam com o apoio financeiro da família, a situação se agrava, uma vez que são famílias de baixa renda (destinar parte do orçamento para os custos na UECE compromete a renda familiar consideravelmente).

Constatamos que apenas 32% das estudantes de Serviço Social são ou já foram bolsistas do PBEP. O aumento do valor das bolsas de R\$ 200,00 para R\$ 450,00 foi sem dúvidas uma conquista para os(as) estudantes (Idem). Contudo, esse montante ainda não possibilita uma dedicação exclusiva à Universidade e à manutenção das condições de subsistência, o que leva

muitas estudantes a buscar outros meios para a satisfação das necessidades dentro e fora da Universidade.

Dentro desse contexto, observamos que 23% das estudantes trabalham, dedicando de 20 a 40 horas semanais as atividades laborais. Além disso, 26% das estudantes são estagiárias remuneradas, com carga horária de 06 a 20 horas semanais. Analisamos que a necessidade de trabalhar e de estagiar está relacionada a manutenção da própria subsistência e a da família. A oferta insuficiente de bolsas, cujos valores não suprem as necessidades, influencia na opção pelo trabalho formal ou informal, e por estágios remunerados cujo valor da bolsa é razoavelmente melhor (assim observamos estudantes em semestres avançados ainda realizando estágios não obrigatórios) (MENEZES, 2017).

O engajamento em trabalhos exaustivos acaba por tolher a possibilidade de dedicação a estudos mais reflexivos e críticos (ANDRADE, 2016). Observamos um esgotamento físico e mental das graduandas. Percebemos, principalmente à noite, muitas estudantes trabalhadoras chegando fardadas, atrasadas, aparentando cansaço, aproveitando o pouco tempo antes da aula para estudar, planejar trabalhos ou para adquirir algum texto. Nitidamente, as estudantes estagiárias também aparentam exaustão. Em um dos diários de campo, registramos o relato de uma estudante da manhã que estagiava no turno da tarde; a mesma queixava-se do cansaço afirmando que “só trago o corpo pra aula, a alma eu deixo em casa” (MENEZES, 2017).

A necessidade de trabalhar e estagiar influencia também nas dificuldades de participação em eventos acadêmicos locais, nacionais e em atividades complementares. Além do trabalho e do estágio, as entrevistadas destacaram outras limitações, como: “ausência de tempo”, “difícil localização”, “custos com transportes”, “falta de dinheiro para inscrição”, “custos com inscrição, passagem estadia”, “horários que chocam com o trabalho”, “escassez de bolsas”, dentre outros.

Cabe ressaltar que geralmente os eventos acadêmicos ocorrem pela manhã, o que torna inviável a participação de estudantes que trabalham e/ou estagiam nesse turno. Além disso, alguns eventos cobram taxas de inscrição e estão localizados em áreas mais centrais de Fortaleza, o que

dificulta o acesso das estudantes que residem na periferia e que arcam com altos custos com tarifas de ônibus. Os eventos que ocorrem fora do estado são praticamente inacessíveis para a grande maioria das graduandas, que não têm como arcar com custos de passagens e de estadia em outro estado, o que acaba comprometendo o desenvolvimento da pesquisa, da produção e da difusão do conhecimento na Universidade.

Em certo sentido, a situação da política de assistência estudantil na UECE, no que diz respeito ao apoio na participação de eventos, é delicada. Apesar da elaboração do Programa Institucional de Auxílio Financeiro para a Participação de Estudantes de Graduação em Eventos Acadêmicos de Cunho Artístico-Cultural, Esportivo e Político Estudantil, a Universidade não possui uma política de transporte efetiva que assegure a participação em eventos nacionais, ademais as solicitações de ajuda de custos são burocráticas e os valores são irrisórios (MENEZES, 2017).

A necessidade de trabalhar e de estagiar, associada à ausência de tempo, ao cansaço, à falta de concentração e de espaços próprios para estudos, entre outros, também foram mencionadas como motivações para o trancamento de disciplinas e dificuldades para o estudo diário. A ausência de acesso a computador e a internet também é enfrentada pelas estudantes, realidade que é preocupante, uma vez que são um dos principais instrumentos de estudos na contemporaneidade. Essa deficiência evidencia a situação de carência dessas estudantes, que veem na UECE a oportunidade de utilizar os computadores e acessar a internet dos laboratórios de pesquisa e de informática.

Diante dessa conjuntura, observamos que todos esses condicionantes interferem não só no processo de permanência, como também nas dificuldades de conclusão do curso. Verificamos que apenas dezesseis por cento (16%) das graduandas declarou a possibilidade do término do curso no tempo certo (oito semestres); dentro dessa porcentagem estão inseridas apenas as alunas da manhã, pois, em relação à turma da noite, nenhuma estudante declarou o término no tempo correto (MENEZES, 2017).

Em relação às demais estudantes, constatamos que dezenove por cento (19%) afirmou que irão terminar o curso com um semestre de atraso,

treze por cento (13%) com três semestres de atraso, dez por cento (10%) com dois semestres de atraso, dez por cento (10%) com cinco semestres de atraso e três por cento (3%) com seis semestres de atraso. As demais alunas, vinte e nove por cento (29%), não informaram com precisão (Idem).

Analisamos, no decorrer da pesquisa, que esse atraso está diretamente relacionado às motivações para o trancamento de disciplinas, às dificuldades para estudos diários, aos obstáculos/empecilhos enfrentados para realização de atividades complementares e participação em eventos acadêmicos, à existência de alunas trabalhadoras e alunas estagiárias, entre outros.

Além disso, as entrevistadas destacaram a carência de professores e as constantes greves vivenciadas pela UECE, tendo em vista que no ano de aplicação dessa pesquisa (2017), as estudantes estavam retornando de uma greve de cinco meses. Ademais, a UECE já vinha de um histórico de curto intervalo entre paralisações (2012, 2014 e 2016). Com o término da Greve de 2016, observamos as estudantes apáticas e foram vários os depoimentos de desânimo e desestímulo em relação ao curso. Analisamos que um período longo de greve acarreta mudanças na vida das graduandas, muitas começam a trabalhar ou a estagiar e, com isso, ao retornarem, trancam disciplinas ou até mesmo abandonam o curso. Contudo, as greves são estratégias de resistência, luta e defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Destarte, constatamos que fatores sociais, econômicos e institucionais interferem diretamente nas condições de permanência das estudantes na Universidade. Destacamos que a atual configuração da política de assistência estudantil da UECE, que apesar dos avanços obtidos de 2012 a 2014, vem passando por medidas de contenção de gastos, principalmente a partir de 2015. Essa racionalização nos custos impacta não só as condições de permanência nos cursos, como também, o ensino, a pesquisa e a extensão.

3. CONCLUSÃO

Desvendamos nesse artigo que o acesso à educação superior está para além da expansão e efetivação do ingresso nas instituições de ensino superior, uma vez que inclui também a permanência dos(as) estudantes nos cursos. A política de assistência estudantil refere-se a programas de fixação e qualidade da formação, que são de suma importância para formação profissional e qualidade de vida do corpo discente.

Constatamos que a Universidade Estadual do Ceará, no período de 2012 a 2014, apresentou uma significativa expansão e crescimento, principalmente no tocante as ações de assistência estudantil. Verificamos o aumento no número e no valor das bolsas de permanência, a expansão e elevação da qualidade do Restaurante Universitário, o aumento de recursos destinados a auxílios financeiros, dentre outros avanços qualitativos e quantitativos que beneficiaram muitos(as) estudantes e garantiram a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Contudo, a partir de 2015, a UECE passou a ser alvo de contenção de gastos por parte do Governo do Estado, o que impactou o ensino, a pesquisa, a extensão, e, principalmente, a assistência estudantil. Nitidamente essa racionalização dos investimentos, que também vem sendo vivenciada pelas demais universidades estaduais e federais do Brasil, está inserida em um contexto maior de mercantilização e precarização do ensino superior, que se intensificou com o golpe de 2016 sobre a democracia.

Na conjuntura de cortes de gastos vivenciados pela UECE, apontamos que a redução no valor das bolsas, a precarização do Restaurante Universitário e a não efetivação de um sistema de transporte e de auxílios que garantam a participação em eventos acadêmicos, entre outros, convertem-se em problemáticas que dificultam a permanência na Universidade e a efetiva conclusão dos cursos. Essa conjuntura institucional, somada a fatores sociais e econômicos dos(das) estudantes também impactam na garantia da permanência na Universidade

Nesse contexto, enfatizamos a realidade vivenciada pelas estudantes de Serviço Social da UECE, no tocante aos desafios enfrentados no acesso, permanência e conclusão do curso. As estudantes são majoritariamente jovens mulheres da classe trabalhadora, pertencentes a

famílias de baixa renda, que residem, principalmente, nas áreas periféricas de Fortaleza e da Região Metropolitana de Fortaleza.

Desvelamos que os fatores pessoais (necessidade de trabalhar e estagiar), sociais (precário acesso a políticas públicas e sociais) e institucionais (precário acesso a bolsas, dificuldade de participação em eventos acadêmicos, dentre outros), interferem diretamente no desempenho e na sobrevivência no curso de Serviço Social. Asseguramos que os desafios institucionais, principalmente no tocante à assistência estudantil, estão diretamente relacionadas aos rumos tomados pelo ensino superior brasileiro.

Em suma, concluímos que, apesar de todos os ataques sofridos, a UECE continua com índices e padrões de excelência, sendo avaliada como a melhor Universidade estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Destarte essa excelência é fruto da luta e da resistência de estudantes, professores e servidores pela qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. P. do. Política pública educacional e sua dimensão internacional: abordagens teóricas. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v.36, p. 39-54, 2010.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra et al. Ingresso e permanência no ensino superior: a assistência estudantil em debate. In: _____. **Educação em debate: reflexões sobre o Ensino Superior: Educação Profissional e Assistência Estudantil**. Fortaleza: Eduece, 2016, cap. 1, p.15-42.

ARRUDA, Bárbara Diniz Lima Vieira et al. Reflexões sobre a assistência estudantil, acesso e permanência na educação superior: um olhar sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Ceará – Campus Crateús. In: _____. **Educação em debate: reflexões sobre o Ensino Superior, Educação Profissional e Assistência Estudantil**. Fortaleza: Eduece, 2016, cap. 2, p. 43-62.

BRASIL. Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAS). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 jul. 2010. Sessão 1, p. 5.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Ranking aponta UECE como melhor Universidade Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.** 2018. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/2017/09/20/ranking-aponta-uece-como-melhor-universidade-estadual-do-norte-nordeste-e-centro-oeste-do-brasil/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

MENEZES, Viviane de Araújo. **Mobilidade, Acessibilidade e Direito à Cidade:** as alunas do curso de Serviço Social da UECE. 2017. 149 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Fortaleza, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Comunicado sobre redução de valor das bolsas estudantis pagas pela fonte do Tesouro Estadual.** 2017. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94306-2017-04-26-20-21-36>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Esclarecimento sobre o Custeio do Sistema FUNECE/UECE em Dezembro de 2015.** 2017. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/comunicados-dareitoria/92992-esclarecimento-sobre-o-custeio-do-sistema-funeceuece-emdezembro-de-2015>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Governador Cid Gomes libera R\$ 30 milhões para assistência estudantil na Uece, Urca e UVA.** 2017. Disponível em: <<http://www.uece.br/feclesc/index.php/noticias/14-lista-denoticias/618-governador-cid-gomes-libera-r-30-milhoes-para-assistenciaestudantil-na-uece-urca-e-uva>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **UECE prospecta quase R\$ 60 milhões em investimentos em campi nos último seis anos.** 2018. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/95422-2018-06-18-14-10-18>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Relatório de Gestão.** Fortaleza: Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PRAE), 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Relatório de Gestão.** Fortaleza: Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), 2015.